



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

## A QUESTÃO DO DIVISIONISMO DE MATO GROSSO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA REGIONAL FINANCIADOS PELO PNLD

**Roney Salina de Souza<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Supervisor do Pibid em História/UFGD e professor na Escola Estadual Antonia da Silveira Capilé; e-mail: roneysalina@hotmail.com.

### RESUMO

Este trabalho analisa o tema da divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul em três conhecidos livros didáticos de história na rede pública de ensino em Mato Grosso do Sul: *Estudos Sociais: Mato Grosso do Sul, educação e desenvolvimento do Senso Crítico*; *História do Mato Grosso do Sul*; *História do Mato Grosso do Sul: História Regional* todos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foi avaliado o conteúdo textual, o teor historiográfico do tema e a relação regional com outros locais do Brasil; como metodologia fez-se uso de uma bibliografia sobre a questão e informações do Ministério da Educação: recursos aplicados, livros distribuídos, resultados de provas e recomendações em guias de livros didáticos. Para contextualizar o fornecimento destes livros didáticos elaborei um histórico do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, sua aplicabilidade e alcance bem como os fatores políticos e econômicos de sua criação em 1985.

**Palavras-chave:** ensino de história, representações, financiamento público.

### INTRODUÇÃO

Na história da relação do livro didático com o Estado brasileiro observamos que o Estado Novo de Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional do Livro – INL em 1937, em 1938 foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, responsável pela viabilização do livro didático nacional, naquele momento o governo realizava uma tentativa e prática de



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

estabelecer simbolicamente seu poder por meio da educação com propaganda de valores como um Estado forte, organizado, centralizado, um povo urbano, civilizado e nacionalista, marca deste momento. De Vargas até 1985 os poderes sempre tentaram controlar o currículo por meio dos livros como um dos caminhos de conter a sociedade.

Em 1985 o Brasil estava em outro momento, a sociedade civil aparecia engajada na reabertura política, no pluripartidarismo, nas movimentações sociais anti-ditadura e na busca de direitos e liberdades civis, era o último governo presidencial escolhido de maneira indireta, Tancredo Neves, que tendo falecido, assumiu José Sarney.

## 1. A CRIAÇÃO DO *PNLD*

O Programa Nacional do Livro Didático – *PNLD* foi criado em 1985. Na primeira fase do novo programa começou executado pelo Estado, muito embora já houvesse um anterior: o Programa do Livro Didático/Ensino Fundamental – *PLIDEF*; o objetivo do *PNLD* era analisar, avaliar e planejar a distribuição de livros didáticos para alunos de escola pública do Brasil, o responsável mantenedor passou a ser Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – *FNDE*.

O *PNLD* em 1985 tentou beneficiar alunos da rede pública do Ensino Fundamental com livros gratuitos, além de associar o novo governo com a Nova República, como deixa bem claro Cassiano (CASSIANO, 2007, p. 21). A novidade, além da distribuição, foi considerar a escolha do livro pelo professor, todavia algumas problemáticas ocorreram como demora na distribuição, lotes equivocados e prazos descumpridos pelas editoras.

A partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – *LDB* (Lei nº. 9.394, 20/12/1996), o Estado assumiu o papel de avaliar os livros didáticos para a rede de Ensino Fundamental, desde essa data a distribuição procura ser regular.

O governo à época, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), promoveu estas mudanças e abriu o mercado brasileiro às editoras multinacionais, a maioria espanholas. A



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

partir de 1997 as obras inscritas das editoras passam por uma triagem e são produzidos guias de livros didáticos para análise e escolha dos docentes.

Em 2003 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – PNLEM, visando atender alunos da rede de Ensino Médio, também aos poucos foram sendo distribuindo dicionários, livros em Braille, literatura para bibliotecas e outros.

Segundo dados estatísticos do portal do FNDE na rede internet em 2014 foram distribuídos para o Ensino Fundamental recursos no valor de R\$ 879.828.144,04 e cerca de 103.229.007 livros distribuídos, já para o Ensino Médio foram investidos R\$ 333.116.928,96 e 34.629.051 livros distribuídos (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br> >. Acesso em 8 ago. 2014).

A segunda fase do PNLD foi marcada por referências nas decisões da *Conferência Mundial sobre Educação: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem* em Jomtien, Tailândia, a qual o Brasil participou e como encaminhamento elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003, das diretrizes os padrões do Plano eram o financiamento de livros didáticos, oferta de ensino, apoio ao professor, ao educando entre outros (CASSIANO, 2007, p. 39).

A autora Célia Cassiano, da qual já utilizei informações acima, em sua Tese de Doutorado fez um trabalho muito detalhado sobre a entrada de capital espanhol e do já existente capital brasileiro no mercado de livros didáticos no Brasil, fenômeno característico dos anos 2000 em diante. No trabalho problematiza as estratégias adotadas por estes grupos para entrar no mercado nacional, bem como os efeitos culturais destes grupos nos didáticos.

Das muitas editoras, as que mais aumentaram o fornecimento de livros didáticos de 1985 até 1991 estão as editoras Ática, Brasil, FTD, IBEP, Nacional, Saraiva e Scipione, no período de 2002 a 2006 estas editoras se mantiveram mas outras entraram no mercado, como Moderna, Nova Geração e Grupo Positivo (op. cit., 2007, p. 32).

Entre 1999 e 2005 houve muitas mudanças, algumas empresas fundiram-se, e apareceram outras, o lucro não é apenas com os livros, os sistemas de ensino Anglo e



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

Positivo, por exemplo, vendem os treinamentos, metodologias, artigos de informática e cursos pré-vestibulares.

## 1.1 O LIVRO DIDÁTICO

Luca e Miranda apresentam alguns dados nas suas participações da Comissão Técnica, do livro didático, do Ministério da Educação, ambas da Coordenação da área de História, apresentam um olhar no interior do PNLD sobre a análise do livro em meados dos anos 2000, é a partir de 1996, como comentado, que se iniciou uma avaliação mais criteriosa, didática, e metodológica do livro didático: “De um PNLD a outro, o referidos critérios foram aprimorados por intermédio da incorporação sistemática de múltiplos olhares, leituras e críticas interpostas ao programa e aos parâmetros de avaliação” (LUCA & MIRANDA, 2004, p. 127). Todavia, a análise dos didáticos de história regional do Mato Grosso do Sul nota-se alguns dados imprecisos, que são detalhados à frente.

Por minha experiência em escola, um olhar humilde e corriqueiro, parece que na área de história os livros têm diversificado seus temas nas unidades temáticas (história da África, Oriente e América Antiga, nestes dois casos pouquíssimas unidades, gênero, sexualidades), ampliado suas imagens, do conteúdo a maioria ainda favorece a história política e econômica. Sobre os critérios têm-se tomado cuidados para evitar “erros de informação [...], desatualizações [...]; preconceitos de gênero, condição social ou etnia” (op. cit., 2004, p. 128). A proposta das autoras para classificação das obras dividem-se em três grupos, a partir de 2005:

Há um grupo de obras que apresentam uma organização de conteúdos, atividades e textos articulados de acordo com um agrupamento que se poderia designar como procedimental e, nesse sentido, valoriza a dimensão formativa que advém do procedimento histórico e do tipo de leitura e problematização das fontes, que caracteriza a ação do historiador, com ênfase em habilidades relacionadas à leitura, identificação de informações, análise, comparações [...]; outro grupo cuja seleção de conteúdos, cronologia e textos é feita segundo uma visão mais informativa acerca da narrativa acontecimental do passado e que, nesse sentido, prioriza aquela



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

## 8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

dimensão que Vilar nos aponta como ‘conhecimento de uma matéria’; e, finalmente, um terceiro grupo, que pela ausência de uma expressão mais precisa, designou-se de ‘visão global’, por buscar articular, com relativo sucesso, as duas dimensões citadas, isto é, não abre mão da informação histórica derivada de um conhecimento social acumulado, bem como dos recortes canônicos de conteúdo, mas explora também a dimensão construtiva do conhecimento [...], problematiza as fontes [...] (op. cit., 2004, p. 135)

Esta divisão entende que existem três vias nas propostas dos livros no até o momento: o primeiro tipo é mais qualitativo, o texto, imagens, atividades são mais completos (procedimental, o texto tenta dialogar com o aluno); o segundo, mais quantitativo, contempla a variedade do currículo (acontecimental, informativo); o terceiro equilibra o currículo com um a crítica do texto, em geral equilibra conteúdo com imagem, divide os temas, evidencia o essencial e propõe atividades complementares sobre o texto e outras ações dos alunos, como um eventual vestibular (visão global).

Há ainda outra abordagem para as obras PNLD-2005, época analisada pelas autoras: um grupo apresenta um enfoque num “paradigma informativo”, mais tradicional, mais objetivo no sentido da matéria como história, é o conteúdo em si, não importando como o aluno vai refletir sobre o tema; outro grupo oferece um “paradigma cognitivista”, o texto considera os saberes que o aluno já possui, numa tentativa de diálogo. Uma terceira classificação divide os livros numa perspectiva *temática*, já que as anteriores parecem ser *curriculares* e *pedagógicas* (aqui tanto liberais e progressistas), ou seja: história do Brasil (nacional), história integrada (Brasil e mundial) e temática (regional). Todas as coleções contemplam a história quadripartida (história antiga, medieval, moderna e contemporânea), os livros de história integrada são maioria, pois seu tratamento foca na “História da civilização ocidental de modo articulado com os conteúdos de História do Brasil e História da América”, a cronologia fica por conta da tradição eurocentrista (op. cit., 2004, p. 139). Muitos conteúdos como Oriente ou Extremo Oriente acabam ficando de fora.

Outra divisão, talvez menos importante, mas relevante, que se costuma fazer na escolha do livro junto aos meus colegas professores é a distribuição visual do conteúdo na folha do livro: um grupo apresenta mais textos, enfocando na escrita com poucas subdivisões; outro privilegia mais imagens e quadros complementares chegando ao ponto de se parecer



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

mais com uma *revista* do que com um livro; um terceiro grupo consegue equilibrar imagens e texto apresentando uma melhor qualidade visual do produto.

O livro didático é um símbolo forte na disseminação da memória, na evocação de valores e na propagação de um programa político, desde o século XIX os Estados Nacionais tem se apropriado da História para justificar suas ações sobre a sociedade por meio da educação. Seu alcance é amplo e seu custo baixo. Embora Bourguignon considere o “tom” do livro “panfletário, atônito ou”, apenas “contemplativo”, para muitas crianças, que não têm condições e recursos para fazer pesquisa, ele é o único instrumento de estudo e conhecimento além da sala de aula (BOURGUIGNON, 2014, p. 71).

O autor acima continua fazendo a crítica do livro didático em seu artigo: as cifras gastas pelo Estado no PNL, os professores que fazem uso demasiado do livro nas aulas e sobre o discurso ideológico do material, pois os livros desconsiderariam o discurso das outras identidades além da nacional ou da classe dominante (isso, claro, depende do livro). Todavia a maioria dos autores atuais é a voz autorizada que escreve os livros, que representa no papel seus valores e o ensino aprendido nos bancos das Universidades onde fizeram o curso de História, assim estes, igualmente historiadores, também são autoritários, pois os mesmos padrões muitas vezes encontrados nos didáticos (tradição europeia na História do Brasil, harmonia das raças, machismo) provem da tradição universitária, portanto a academia tem sua parcela de responsabilidade nas falhas dos didáticos.

Na relação professor-aluno, que entendo como verdadeira escola, muito além da arquitetura de um prédio, ambos podem ser agentes no aprendizado e conhecimento. Sem apontar um tipo ideal, mas um professor sério e seguro busca o equilíbrio emocional/comportamental entre *autoridade*, não autoritarismo, conhecimento intelectual, e, amizade com os alunos. O professor autor da sua aula tem autocontrole, não sede para agradar, sabe negociar no momento certo com a turma e emite a imagem de segurança para seus alunos, além de ter a capacidade de problematizar um tema seja usando apenas a palavra ou um programa de computador. Também ponderar a comunidade onde leciona é fundamental, saber a realidade dos alunos, seus sonhos, objetivos, ou falta deles, os conflitos,



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

as artimanhas, as dissimulações, as relações são pontos importantes em um julgamento para fazer um plano de aula ou avaliação.

Este entendimento deve ser confrontado com a situação da educação nacional, lembrando os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica, Saeb/Prova Brasil, feita desde 1990, a cada dois anos, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A prova é aplicada com testes de Língua Portuguesa e Matemática para alunos de 5º ano e 9º ano, Ensino Fundamental, e 3ª série do Ensino Médio. Nos resultados de 2011, por exemplo, os níveis de aprendizado em Língua Portuguesa para alunos de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, ou seja, onde são aprendidos conceitos básicos para se estudar História, posto que é uma disciplina textual, foram de 190,58 num nível entre 0 e 9 estávamos no 3, sendo o nível 9 maior que 325, o Mato Grosso do Sul estava em 197,98.

Na prática estar nesta escala significava que os alunos estão iniciando a localização de tema com o personagem e vocabulário, mas ainda não conseguem obter muitas informações em texto longo. Estávamos em 30% de saber nesta escala, para chegar a um aluno nível 9 que possua “compreensão global de texto, avaliação e estabelecimento de relações entre textos e partes de textos com vocabulários complexos” precisamos crescer 60% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, disponível em <<http://www.inep.gov.br/web>>, acesso em 25 ago. 2014).

Parece redundante afirmar, mas melhorar a educação, a leitura, a interpretação de textos, dados e fontes de textos históricos para os alunos brasileiros significa investir na educação integral, bons salários, dispensa para estudo e planejamento, incentivo em planos de cargos e carreiras, bolsas para alunos pobres, entre outros programas, estamos no aguardo deste novo Plano Nacional de Educação 2014-2024.

## **2. O DIVISIONISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE MATO GROSSO DO SUL**



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

## 8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

O Brasil ampliou a educação pública no início dos anos 1930, era o momento da crescente industrialização, da população urbana, laicização do Estado, novas instituições, a introdução do capitalismo no país, regularização da mão de obra. A medida que a escola foi se tornando universal o trabalho do professor foi facilitado pelo livro, porém na massificação de alunos em sala de aula a qualidade do conteúdo diminuiu.

Investir na instrumentalização da educação é mais prático e barato para o Estado do que na melhoria da formação e atuação de professores, que são os agentes que podem, ou não, fazer a crítica do livro, problematizar os conteúdos etc.

O estado de Mato Grosso do Sul através da Secretaria Estadual de Educação tem adquirido livros na área de história certamente desde a década de 1990, sobre anos anteriores é bem provável que sim, muito embora não houve tempo suficiente para a pesquisa na elaboração deste artigo.

Analiso neste trabalho três livros didáticos de história usados no ensino Fundamental – EF: o primeiro é *Estudos Sociais: Mato Grosso do Sul, educação e desenvolvimento do Senso Crítico*, cuja edição usada aqui é de 1996, para trabalho em 4º ano – EF, com autoria de Maria Carolina Viduani Martinez, Marli Telles e Vanda Maria Martins Tosta (MARTINES, et al., 1996).

O segundo trata-se de *História do Mato Grosso do Sul*, edições de 2008 e 2011, para uso no 4º e 5º anos do EF, as autoras são Lori Alice Gressler, Luiza Mello Vasconcelos e Zelia Peres de Souza Kruger (GRESSLER, et al., 2011).

O terceiro, também editado em 2011, é *História do Mato Grosso do Sul: História Regional*, para 4º e 5º anos do EF de Diane Valdez e Miriam Bianca do Amaral (AMARAL, et al., 2011).

A lista acima é cronológica, sendo que o mais antigo é o de Martines, et al., seguido da obra de Gressler, et al., logo o mais recente é o de Amaral, et al. Como mencionado na introdução recortei o tema da divisão do Estado de Mato Grosso e criação do Estado de Mato Grosso do Sul porque trata de um evento mais contemporâneo, deveras polêmico ainda e presente nas três obras.



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

## 2.1 HISTÓRICO DA DIVISÃO

Com o desenvolvimento da cidade de Campo Grande a elite sulista dos coronéis, outrora estava concentrada em Nioaque, passou a morar em Campo Grande, aguçando o desejo pelo poder, o qual poderia ser alcançado pela divisão, ou por uma parte dele à medida que adquiria força e se intelectualizava na geração dos filhos formados em faculdades fora do sul de Mato Grosso.

Em 1929 a Aliança Liberal era liderada por Getúlio Vargas candidato à presidência, obteve apoio do sul do Estado, o norte manteve a situação. Com a vitória de Vargas após a Revolução de 1930, os cuiabanos mudaram de lado apoiando o governo revolucionário.

Posteriormente, na Revolução Constitucionalista de 1932 no sul de Mato Grosso foi nomeado interventor Vespasiano Martins. Embora se comente que esta foi uma primeira separação, chegando a criar-se inclusive o “Estado de Maracajú”, Bittar pondera que era mais interessante para a elite sulista apenas a mudança da capital para Campo Grande do que criar outro Estado (BITTAR, 1999, p. 100). Queiroz complementa que “esse episódio tem sido alçado por vários autores à condição de uma ‘primeira divisão’ do Estado, chegando-se mesmo a afirmar que, durante esse período, teria formalmente existido no Sul o ‘Estado de Maracaju’”, para o autor esta é “uma versão fantasiosa”, ou seja, o estado de Maracajú foi uma expectativa, um momento político, e não um fato (QUEIROZ, 2006, p. 160).

No período do Estado Novo as táticas e a participação política do sul mudaram, ao norte havia a forte presença política de Filinto Müller, ao sul estava Vespasiano Martins, eram duas forças fazendo uma conciliação e divisão do poder, estacionando a idéia da divisão.

Neste período o movimento aparecia de quando em quando, reaparecendo heterogeneamente em 1959, Jânio Quadros assumiu a presidência, uma passeata foi organizada em 1963 pelo Comitê Divisionista de Campo Grande sem efeitos significativos.



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

A história do divisionismo não tem uma linha mestra, foi uma ação estratégica de interesses elitistas do sul com “um objetivo *tático*, a serviço de uma *estratégia* mais importante e abrangente, isto é, a ascensão ao poder político. A questão principal era, efetivamente, a *luta pelo poder*” (op. cit., 2006, p. 173).

A divisão de fato vem quando Geisel, ascendente à presidência em 1975. Foi um acontecimento de “de cima para baixo”, na conjuntura da Guerra Fria, ditadura militar, perseguição aos comunistas. Era fundamental, no discurso militar, a proteção das fronteiras, além de contar com um grupo, a elite sulista, apoiando o regime federal, garantindo maioria no Senado com mais três senadores apoiadores do regime, todos da Arena. Em 11 de outubro de 1977 ocorreu oficialmente a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, respaldada pela lógica da Escola Superior de Guerra com uma ideologia de segurança nacional (BITTAR, 1999, p. 107).

## 2.2 OS LIVROS

Ao que tudo indica o primeiro livro, *Estudos Sociais*, foi muito usado na década de 1990 nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos anos 2000 predominou o segundo livro *História do Mato Grosso do Sul*, aparecendo o *História do Mato Grosso do Sul: História Regional* em 2011.

O *Estudos Sociais* é um livro tímido com relação ao conteúdo, faz uma abordagem geral do Mato Grosso do Sul desde aspectos físicos, dados estruturais da economia, política e sociedade, apresenta uma visão geral no modelo da disciplina curricular de Estudos Sociais dos anos militares. Equilibra imagens em forma de desenho com fotografias atrativas. De sua parte histórica aborda apenas quatro temas: índios, bandeirantes, Guerra do Paraguai e a questão da divisão. Sobre sua recomendação ou não nos guias do PNLD não foi encontrado registro anterior a 2007 disponíveis nos arquivos eletrônicos deste programa.



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

O *História do Mato Grosso do Sul* sobressai nos anos 2000 e trata apenas da parte histórica do Mato Grosso do Sul, seus 15 capítulos contemplam desde a importância de se estudar a História, os índios como “primeiros ocupantes”, a cultura da erva-mate até as diferentes identidades nacionais de imigrantes presentes no Estado, bem como um pouco de história da educação regional. Assim como o anterior equilibra o conteúdo do texto com imagens ora fotografadas, ora desenhadas.

Este livro aparece nos guias do PNLD em 2007, 2010 e 2013. A visão geral da obra nestes documentos parece ser mais crítica em 2007 onde o texto do livro ao parecerista “privilegia um enfoque narrativo factual e linear, centrado mais na compreensão das informações do que na construção do conhecimento histórico”, além do que “o conteúdo é estruturado sobre considerações evolutivas econômicas e políticas em detrimento da História Social” (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS – PNLD, 2007, p. 274). No guia de 2010 aparece ainda como única sugestão, a descrição não traz novidades: a “obra privilegia claramente aspectos administrativos políticos e econômicos da história do estado de Mato Grosso do Sul”, além de dar “ênfase em personagens que se destacam como pioneiros e líderes” (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS – PNLD, 2010, p. 99). Quanto a 2013 a descrição é mais elogiosa acerca dos conteúdos do livro, porém sobre o tema da “História africana e afro-brasileira, essa encontra menos espaço na obra” (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS – PNLD, 2013, p. 274).

O terceiro livro, *História do Mato Grosso do Sul: História Regional*, editado em 2011 aparece nos guias apenas em 2013 com uma proposta semelhante ao segundo, pois ambos tentam na medida do possível, considerar o saber do aluno, apresentando um texto mais direto usando termos como “você”, questionando, como se estivesse conversando com o leitor; o paradigma de ambos é cognitivista e informativo, o paradigma do primeiro é apenas informativo. *História do Mato Grosso do Sul: História Regional* traz desenhos e fotografias, trata os temas como um conjunto de *estações*, uma referência à ferrovia Noroeste do Brasil, o conteúdo vai desde a presença indígena até os imigrantes internacionais. Seu diferencial está em preocupar-se com a história das crianças nas várias *estações*: “as infâncias indígena e



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

## 8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

escrava, infância pantaneira, infância na Ditadura Militar e ser criança no estado do Mato Grosso do Sul” (AMARAL et al., 2011, p. 6-8).

Na descrição do guia de 2013 “a imagem da criança e a do adolescente é trabalhada na obra em posição de centralidade”, dá ênfase aos índios e promove positivamente a História da África. Todavia quanto ao Manual do Professor peca por dar “poucas sugestões de referências bibliográficas”, para os alunos, ao mesmo tempo que dialoga com o leitor deixa de usar “linha do tempo e os quadros cronológicos” (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS – PNLD, 2013, p. 252-254).

A divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul nestas obras têm uma substância de informações factuais, datas e referências às pessoas que participaram do movimento divisionista, todavia é apenas em *História do Mato Grosso do Sul* e *História do Mato Grosso do Sul: História Regional* que as autoras dedicam-se com mais detalhes acrescentando subtemas, fazendo uso de fontes e dados historiográficos mais completos.

O tema em Estudos Sociais é tratado como os outros temas de história no livro, centrado nos fatos, o texto é mais informativo:

Com base na *realidade* política, econômica e social da Federação, o governo encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei criando um novo estado [...]. A 3 de maio de 1974 foi anunciada a divisão de Mato Grosso [...] No dia 1º de janeiro de 1979 foi instalado pelo presidente Ernesto Geisel o Estado do Mato Grosso do Sul. O primeiro governador foi Harry Amorim Costa [...] (MARTINEZ et al., 1996, p.48; grifo meu).

Fica evidente o que já foi afirmado acima, os atores da divisão são apenas o governo federal e seus agentes o presidente Ernesto Geisel, o primeiro governador Harry Amorim Costa, desconsidera qualquer movimento anterior aos anos finais de 1970; igualmente não faz uma abordagem histórica da realidade conjuntural pela qual passava o Brasil, o governo militar desde 1964, chama este momento apenas de *realidade*.

*História do Mato Grosso do Sul* e *História do Mato Grosso do Sul: História Regional* apresentam uma diferença quanto a estrutura historiográfica, enquanto o primeiro relaciona o tema local com o de outros estados, história do poder nacional, o segundo centraliza o discurso na região.



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

## 8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

*História do Mato Grosso do Sul* inicia afirmando que a divisão era tema desde o século XIX, com foco na cidade de Nioaque, “o berço da divisão”, pois era o local onde estavam presentes grandes proprietários de terra, conhecidos como coronéis, os quais administravam a política. Entende que foi importante a presença de migrantes sulistas para o sul de Mato Grosso, os quais se dirigiam na busca de terra ou ao que chama de “campos limpos”, desconsiderando a presença indígena do sul de Mato Grosso no texto (GRESSLER et al., 2011, p. 90).

Destaca ainda a figura coronelista de João Ferreira Mascarenhas: “liderou um movimento pela emancipação”, mesmo sendo um “movimento armado” não obteve sucesso, outro movimento surgiu em Bela Vista, do coronel Bento Xavier em 1911. Com o crescimento da cidade de Campo Grande concentrando as discussões políticas depois da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil o período dos anos 1930 é descrito como momento da “formação do estado de Maracajú”. Em 1932 Getúlio estava na presidência, os paulistas declararam guerra ao seu governo, a Revolução Constitucionalista. Era uma guerra civil, no Mato Grosso o norte apoiou Getúlio, o sul apoio às forças políticas de São Paulo. Em Campo Grande o general Bertoldo Klinger, constitucionalista, comandante da guarnição federal nomeou Vespasiano Barbosa Martins para um “Governo Civil Constitucionalista de Mato Grosso”, chamado de “estado de Maracajú” (op. cit., 2011, p. 94).

Em um primeiro olhar pode parecer que as autoras afirmem que existiu um novo *Estado*, mas observando melhor empregam a palavra em minúsculo, “*estado*”, e que o sul não declarou existente um novo ente da federação, mas acabaram “solicitando” a Cuiabá uma divisão. Em seguida é dedicada a Vespasiano uma página biográfica como herói divisionista, todavia não há indícios que Vespasiano defendesse a divisão após 1932.

Seguindo, em 1943 Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã, bem como a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND. A CAND esta teve o papel de povoar com migrantes não-índios a região de Dourados, além de abastecer o mercado de consumidor paulista de alimentos, mas o livro aponta que foi “um grande passo para a divisão” (op. cit., 2011, p. 94).



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

## 8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

Finalmente a criação de Mato Grosso do Sul foi efeito do “grande desenvolvimento econômico do sul”, e que a divisão era um “incentivo” de “estudos” da Escola Superior de Guerra com a ajuda de Paulo Coelho Machado, “conhecedor profundo da história do estado” (op. cit., 2011, p. 97).

A última fonte *História do Mato Grosso do Sul: História Regional* parece manter uma memória do presente, uma representação de que diferenças entre o norte e o sul sempre existiram “Nem parecia que era o mesmo estado” já que eram distintos o “meio geográfico, econômico e político” (AMARAL, et al., 1996, p. 115). Indica, assim como *História do Mato Grosso do Sul* a presença de coronéis como líderes políticos nos tanto no norte quanto no sul. Completa afirmando que o divisionismo dos coronéis do início do século XX era uma vontade política da elite e não “um desejo popular, uma solicitação do povo, uma bandeira dos homens e mulheres que trabalhavam nas lavouras e nas cidades” (op. cit., 1996, p. 118). Agentes estes que se ocupavam de outros afazeres que não os da política formal.

Não dá muito destaque para a questão do estado de Maracaju, menciona, talvez com certo exagero, que as forças para formar o tal estado concentraram-se “na região de Maracaju”, que, segundo as autoras “ocupava papel de destaque na reivindicação da divisão do estado para formar o Estado de Maracajú”, desconsiderando a nomeação de Vespasiano Martins em Campo Grande e não em Maracajú.

Também aponta que a criação do Território Federal de Ponta Porã aumentou o “desejo” de dividir o Estado. Adiante destaca a figura do presidente Jânio Quadros, mato-grossense do sul, como uma esperança da elite meridional na divisão (op. cit., 1996, p. 122).

Acerca da divisão ocorrida de fato e 1977 o livro parece estar de acordo com a historiografia divisionista:

Quando o Brasil sofreu um golpe militar, aí, sim, que os grupos separatistas do Sul de Mato Grosso desanimaram, pois não acreditavam que teriam chance de ver a criação do estado. E, daí, veio a surpresa: foi exatamente, durante o regime militar que a ideia da separação foi concretizada (op. cit., 1996, p. 124).

Diferente dos livros anteriores *História do Mato Grosso do Sul: História Regional* traz uma conjuntura da ditadura militar, o processo do golpe, as instituições que apoiaram, o



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

comportamento do governo durante o período, além de uma abordagem da história da vida infantil neste período.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo os dados do FNDE e sua distribuição de livros para o Mato Grosso do Sul através do PNLD dos anos 2007 até 2013, já que os anos anteriores não estão disponíveis na rede internet, pode-se observar que em todo Estado houve uma predominância de escolha do livro *História do Mato Grosso do Sul* das mencionadas autoras Lori Alice Gressler, Luiza Mello Vasconcelos e Zelia Peres de Souza Kruger. Nos quatro cantos do estado é possível dizer que toda a rede adotou este livro no PNLD de 2007, 2009 e 2012.

Como o Guia 2013 trouxe um alternativa de escolha, o livro *História do Mato Grosso do Sul: História Regional*, de Diane Valdez e Miriam Bianca do Amaral, houve uma mudança significativa para este livro no PNLD 2013, talvez de 90% (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: Distribuição. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br>> Acesso em: 15 de ago. 2014).

Professores de cidades como Campo Grande, Dourados, Corumbá e até Sonora no extremo norte do Estado entenderam que foi preferível adotar o novo livro, mesmo com a reedição do *História do Mato Grosso do Sul*, não contando com acréscimos, ao menos no tema destacado aqui. Se essa mudança foi em todo o território sul-mato-grossense, não tenho como dizer, pois analisei dados apenas destas quatro cidades, além de Três Lagoas nos PNLD 2007 e 2009, sendo, porém, muito provável; sobre as intensões da mudança ou permanência em outros locais são questões para outra pesquisa.

Os três livros são historiográficos, trazem temas que são pesquisados na academia. Também são atentos aos fatos, com certos equívocos, cuja à narrativa dos eventos é centrada nos acontecimento local analisado. Chamo a atenção também para o fato de que o



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

financiamento destes livros é feito com dinheiro público e não há uma exigência de correções. Também é inexistente uma obra de história de Mato Grosso do Sul para o Ensino Médio, ficando os professores dessa etapa de ensino com mais dúvidas metodológicas do que com possíveis caminhos para se dedicarem ao ensino deste tema, assim como os colegas e as colegas do Ensino Fundamental que mesmo tendo o livro, este não se aproxima tanto assim do real.

## REFERÊNCIAS

AMARAL; Miriam Bianca do; VALDEZ, Diane. *História do Mato Grosso do Sul: História Regional*. Curitiba, PR: Base Editorial, 2011.

BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. *Multitemas*. Campo Grande: UCDB, n. 15, p. 93-124, out. 1999.

BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. Guerras Identitárias: a trajetória do livro didático de história no Brasil. *Revista FACEVV*, Espírito Santo, n. 9, p. 70-85, 2014.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. 2007. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: Sistema do material didático/Dados estatísticos. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br>> Acesso em: 28 de ago. 2014.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS 2007: História: séries/anos iniciais do ensino fundamental. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS 2010: História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS 2013: História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

GRESSLER, Lori Alice; KRUGER, Zelia Peres de Souza; VASCONCELOS, Luiza Mello. *História do Mato Grosso do Sul*. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA: Resultados. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/web>>. Acesso em 25 ago. 2014.

LUCA, Tania Regina de; MIRANDA, Sonia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MARTINES, Maria Carolina Viduani; TELLES, Marli; TOSTA, Vanda Maria Martins. *Estudos Sociais: Mato Grosso do Sul, educação e desenvolvimento do Senso Crítico, 4ª série*. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio) - doi: 10.4025/dialogos.v10i2.105. *Diálogos*, América do Norte, 10, mai. 2010. Disponível em <<http://www.uem.br/dialogos/index>>. Acesso em: 28 Ago. 2014.